



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR EM Nº 012/2021**

Altera a Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, com a finalidade de corrigir erro material contido no Projeto de Lei EM nº 007/2021 (LC nº. 2016/21), configurado por omissão de norma premente.

**Art. 1º** O art. 113 da Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 113 .....

§ 3º O benefício definido no *caput* será devido ao servidor com remuneração bruta correspondente ao piso salarial definido na Lei nº. 8.803, de 21 de dezembro de 2015, regularmente atualizado.”

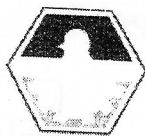
**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Divinópolis, 11 de novembro de 2021.

Gleidson Gontijo de Azevedo  
**Prefeito Municipal**

Leandro Luiz Mendes  
Procurador-Geral do Município





Ofício EM nº 163 / 2021  
Em 11 de novembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor  
**Eduardo Alexandre de Carvalho**  
DD Presidente da Câmara Municipal  
Divinópolis-MG

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A Proposição de Lei Complementar que ora se submete à apreciação e soberana deliberação desse nobre e esclarecido Legislativo visa alterar a Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, **“com a finalidade de corrigir erro material contido no Projeto de Lei EM nº 007/2021, configurado por omissão de norma premente”**.

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Nobres Vereadores, conforme explicitado anteriormente, o escopo do Projeto de Lei Complementar nº 007/2021 consistiu na adequação da legislação municipal aos *“termos cogentes e autoaplicáveis da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que “Altera o sistema de previdência social e estabelece normas de transição e disposições transitórias”, a partir da inclusão de benefícios anteriormente tratados na Lei Complementar Municipal nº 126/06, que trata do Regime de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis (DIVIPREV), no bojo da Lei Complementar Municipal nº 009/92, à luz do que estabelece o § 2º do art. 9º da referida EC.*

Como destacado naquela ocasião, com o advento da referida Emenda Constitucional, o RPPS limitar-se-á ao custeio dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, ficando os demais (auxílio-doença, abono família, salário-maternidade e auxílio-reclusão) - que outrora lhe cabiam - *“relegados às expensas dos respectivos entes empregadores estatutários”*: DIVIPREV, Executivo Municipal e Câmara Municipal.

Anteriormente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 007/2021, tramitou nessa Casa Legislativa a Proposição de Lei Complementar **nº. 06/2021**, cujo objetivo fundou-se na alteração da Lei Complementar nº 126/06, justamente para excluir os benefícios acima (auxílio-doença, abono família, salário-maternidade e auxílio-reclusão) da responsabilidade do DIVIPREV, conforme EC nº 103.

Referida Proposição Legislativa, após aprovação na Casa do Povo e sanção, deu origem à Lei Complementar nº. 213, de 13 de setembro de 2021, cujo art. 14 assim dispõe:

**“Art. 14 Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 126, de 26 de dezembro de 2006:**

(...)

VI - os art. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, **23**, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 37, 92, 93, 94 e 95.” (destaquei)

Note-se, pois, que restou revogado o art. 23 da LC 126/06, que trata do DIVIPREV, o qual contava com o seguinte teor:

**“Art. 23. Será devido o Salário Família, mensalmente, ao segurado ativo ou inativo, equivalente a 7% (sete por cento) do menor vencimento padrão pago pelo Município de Divinópolis:**

I - por filho com até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido, de qualquer idade; e,

II - pelos enteados ou menores, com até 14 (quatorze) anos de idade, que vivam sob a guarda e sustento do servidor, mediante termo de tutela do segurado e, que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

**Parágrafo único. O benefício definido no caput não será devido ao segurado com remuneração, provento ou pensão brutos superiores ao limite estipulado pelo Regime Geral de Previdência Social.”** (negritei)



Com efeito, a LC 126/06, no parágrafo único do art. 23, estabelecia necessariamente o teto para observância à concessão do benefício afeto ao "salário-família", conforme emenda da normatização federal pertinentes, ao passo que assim estabele tal teto a Lei Federal nº. 8.213/91 (art. 66).

De certo, por se tratar de um benefício eminentemente social, ou seja, de cunho assistencial, não se coaduna com a moralidade administrativa e tampouco com outros balizamentos principiológicos prementes e basilares, tais quais a razoabilidade, proporcionalidade e motivação, eventual concessão irrestrita de tal benefício a todo e qualquer agente público, seja servidor efetivo ou detentor de cargo em comissão, independentemente, pois, do cargo/função exercidos ou da remuneração percebida.

A exemplo, na vigência do art. 23, parágrafo único, da LC 126/06, nenhum Gerente, Diretor, Secretário Municipal, Prefeito Municipal, bem como servidores que percebiam acima do teto estabelecido pela norma federal (RGPS) fazia jus à percepção do abono-família ou salário-família, mesmo porque desarrazoável seria auxílio social ao que não carecesse de tal assistência. Sendo relevante pontuar, apenas, que a fixação de novo parâmetro, relativamente ao "piso salarial" previsto em lei, vem em favor do servidor público, por ser superior ao estabelecido como teto do RGPS.

Entretanto, quando da elaboração de ambas as Proposições Legislativas destacas acima (PLC EM 06/2021 e PLC EM 07/2021), certamente por não terem seguido procedimento único e que lhes fosse comum, sequer por mesma comissão, ao passo que o PLC EM 06/2021 fora elaborado a partir de trabalho oriundo da Superintendência da DIVIPREV, em pronta cooperação com a Procuradoria-Geral do Município, a partir daí tomando rumo à Câmara Legislativa do Município para que fosse submetido à votação; diversa e separadamente, o PLC EM 07/2021 foi edificado a partir de reiteradas reuniões por comissão composta por membros em representatividade da Câmara Municipal, do DIVIPREV, da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Administração, Orçamento, Tecnologia e Informação (SEMAD), ouvindo-se oportunamente o SINTRAM, em cuja oportunidade foram explicitadas as justificativas e necessidades para a Proposição.

Porém, nesse descompasso, ao trazer para a LC 009/92 a responsabilidade pelo pagamento do benefício relativo ao abono-família para os entes empregadores (DIVIPREV, Executivo Municipal e Câmara Municipal), SEM OBSERVAR a revogação contida no art. 14 da novel LC 213/21, o teor do parágrafo único do art. 23 da LC 126/06 NÃO foi replicado no Projeto de Lei Complementar nº. 007/21 e, com isso, não compôs o corpo normativo da LC 216/21, surtido em indesejável e não planejada omissão legislativa.

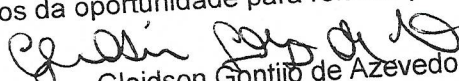
A partir daí, originou-se uma lacuna normativa, pois enquanto a LC 213/21 revogara o parágrafo único do art. 23 da LC 126/06, a LC 216/21 que deveria ter replicado idêntica regra para sua inclusão na LC 009/92 (Estatuto dos Servidores Municipais de Divinópolis), assim não o fez, contrariando-se as balizas que circundam o benefício social do abono-família, ao deixar de contemplar o teto fixado a nível de norma federal, como previsto no art. 23, parágrafo único, da LC 126/06.

Verifica-se, portanto, patente erro material normativo, decorrente da omissão de norma necessária à segurança legislativa e assecuratória da valia do benefício em questão, para que possa contemplar, de fato, àqueles que sejam merecedores apenas e não de forma irrestrita, a ponto de alcançar agentes públicos com os mais elevados vencimentos ou subsídios, inclusive, em descompasso com a normatização federal e natureza social do benefício.

Tal erro consistiu na omissão quanto à imprescindível inclusão da norma legal contida no parágrafo único do art. 23 da LC 126/06, que foi revogada pela LC 213/21, cuja revogação não foi considerada quando da elaboração do Projeto de Lei Complementar EM 007/21, que originou a LC 216/21.

Sendo assim, rogamos, pois a pronta atenção na análise do Projeto em tela, que com certeza, obterá desse nobre e esclarecido Legislativo, a sábia e merecida aprovação.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

  
Gleidson Gontijo de Azevedo  
Prefeito Municipal



EMBRANCO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Ofício EM nº 170 / 2021  
Aos 22 de novembro de 2021



Excelentíssimo Senhor  
**Eduardo Alexandre de Carvalho**  
DD Presidente da Câmara Municipal  
Divinópolis-MG

Assunto: Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Complementar EM nº 012/2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A Administração Municipal apresenta a V. Exa, o pedido de modificação à redação original do art. 1º do Projeto de Lei Complementar EM nº 012/2021, que *"Altera a Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, com a finalidade de corrigir erro material contido no Projeto de Lei EM nº 007/2021 (LC nº. 2016/21), configurado por omissão de norma premente."*, passando o texto desse dispositivo a conter a seguinte redação:

**Art. 1º** O art. 113 da Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 113 .....

.....  
§ 3º O benefício definido no *caput* será devido ao servidor com remuneração bruta correspondente ao piso salarial definido na Lei nº. 8.083, de 21 de dezembro de 2015, regularmente atualizado."

### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Nobres Vereadores, esta Mensagem Modificativa à Proposição de Lei Complementar EM nº 012/2021, que tramita perante esse d. Legislativo, objetiva tão somente afastar o manifesto **erro material** observado, relativamente à citação de Lei Municipal, devendo constar na redação do art. 1º "(...) **Lei nº. 8.083, de 21 de dezembro de 2015** (...)", ao invés de "(...) Lei nº. 8.803, de 21 de dezembro de 2015 (...)", no tocante ao dispositivo que visa acrescentar ao art. 113 da Lei Complementar nº 009/1992, qual seja, o "§ 3º".

Assim, rogamos a pronta atenção de V. Exa. e de seus i. Pares para análise e posterior aprovação do Projeto de Lei que já se encontra nessa i. Casa, a ele modificando-se de acordo com o texto que segue acostado.

Certos de contar com a habitual atenção antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

Gleidson Gontijo de Azevedo  
**Prefeito Municipal**

Câmara Municipal de Divinópolis - MG



PROTOCOLO GERAL 4472/2021  
Data: 22/11/2021 - Horário: 16:10  
Legislativo



Ofício EM nº 1701/2017  
Ass: 22 de novembro de 2017

Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Conselho de Gestão  
do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Belo Horizonte - MG

Assunto: Manifestação de Interesse de Lei Complementar EM nº 612/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente

A Administração Municipal apresenta a V. Exa. o pedido de manifestação de interesse de Lei Complementar EM nº 612/2017, que visa a criar o Conselho de Gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de assegurar a eficiência e a transparência na gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

**EMBRANCO**

Ass: 22 de novembro de 2017

Em 22 de novembro de 2017, a Administração Municipal apresentou a V. Exa. o pedido de manifestação de interesse de Lei Complementar EM nº 612/2017, que visa a criar o Conselho de Gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de assegurar a eficiência e a transparência na gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

RESPOSTA:

Resposta: Prezados Senhores, a Administração Municipal, por meio do presente ofício, vem manifestar o seu interesse em participar do processo de elaboração da Lei Complementar EM nº 612/2017, que visa a criar o Conselho de Gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de assegurar a eficiência e a transparência na gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Assim, requer a V. Exa. a manifestação de interesse de Lei Complementar EM nº 612/2017, que visa a criar o Conselho de Gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de assegurar a eficiência e a transparência na gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Deixo de assinar este ofício em virtude da ausência de assinatura.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*

Presidente do Conselho de Gestão  
do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Ass: 22 de novembro de 2017  
Ass: 22 de novembro de 2017  
Ass: 22 de novembro de 2017  
Ass: 22 de novembro de 2017



**PARECER Nº 794/2021 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021 e  
Mensagem Modificativa Ofício EM nº 170/2021.**

**1. Relatório**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Senhor Prefeito, que “Altera a Lei Complementar nº 009, de 003 de dezembro de 1992, com finalidade de corrigir erro material contido no projeto de Lei Complementar nº 007/2021 (LC nº 2016/2021), configurado por omissão de norma premente”.

Analisa-se, conjuntamente, a Mensagem Modificativa – Ofício nº 170/2021, que, basicamente corrige a referência legislativa presente no dispositivo que se pretende acrescentar.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

**2. Fundamentos**

Após a análise do projeto e mensagem sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade das propostas, foi possível chegar às seguintes constatações.

**2.1 Do exame quanto à competência legislativa**

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite das matérias, eis que plenamente adequadas às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando de projeto com matéria afeta a servidores municipais, verifica-se que o objeto é assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BIXITÓPOLIS



PARA O DEBATE - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Projeto de Lei Complementar nº 001/2023  
Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bixitópolis

**EMBRANÇO**

Após a leitura do projeto e o relatório do parecerista, o Conselho Municipal de Bixitópolis, no uso de suas atribuições legais, aprovou o presente projeto de Lei Complementar, com as seguintes alterações:

1. O presente projeto de Lei Complementar estabelece:

1.1. A criação da Comissão de Fiscalização e Controle, composta por cinco membros, sendo dois membros do Conselho Municipal de Bixitópolis e três membros da Câmara Municipal de Bixitópolis.

1.2. A atribuição da Comissão de Fiscalização e Controle de acompanhar e controlar a execução das atividades da administração pública municipal, bem como de emitir pareceres sobre a legalidade e a economicidade das despesas públicas.

1.3. A atribuição da Comissão de Fiscalização e Controle de emitir pareceres sobre a legalidade e a economicidade das despesas públicas.



30, I, da Constituição Federal.

## 2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto em questão é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal. Há, portanto, perfeita adequação do projeto, sob o aspecto da iniciativa.

## 2.3 Da constitucionalidade

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto ora apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j.*, ser considerado constitucional.

## 2.4 Legalidade

Não se verifica, na análise corrente, óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação do projeto de lei apresentado, desde que seja conjuntamente aprovada a Mensagem modificativa sob análise, já que ela traz a correta referência legislativa a constar do dispositivo.

## 2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, o projeto em análise encontra-se redigido com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Há apenas um erro de referência na ementa, já que a lei fruto do PLCEM 007/2021 foi a LC 216/2021. Tal inconsistência é plenamente sanável em redação final.

## 3. Conclusão

Feitas as considerações, é o presente parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BIVIMÓPOLIS

MINAS GERAIS

2014 de Bivimópolis

21 de Junho

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.

22 de Junho

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.

**EM BRANCO**

23 de Junho

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.

24 de Junho

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.

25 de Junho

Verificamos que a presente foi entregue a 22 pessoas físicas do Censo de 2014  
e a 15 pessoas jurídicas do Censo de 2014, totalizando 37 pessoas físicas e 15 pessoas jurídicas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS



Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.

**Rodrigo Kaboja**

Vereador Presidente da  
Comissão de Justiça, Legislação  
e Redação da Câmara Municipal  
de Divinópolis

**Hilton de Aguiar**

Vereador Secretário e Relator  
da Comissão de Justiça,  
Legislação e Redação da  
Câmara Municipal de Divinópolis

**Israel da Farmácia**

Vereador Membro da Comissão  
de Justiça, Legislação e  
Redação da Câmara Municipal  
de Divinópolis

**Karoliny de Cassia Faria**

Procuradora-Geral do Legislativo Municipal

PLCEM 012/2021



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

10/03/2011

**EMBRANCO**



**PARECER Nº 795/2021 – COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA,  
SERVIÇOS URBANOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021 e  
Mensagem Modificativa Ofício EM nº 170/2021.**

**1. Relatório**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Senhor Prefeito, que "Altera a Lei Complementar nº 009, de 003 de dezembro de 1992, com finalidade de corrigir erro material contido no projeto de Lei Complementar nº 007/2021 (LC nº 2016/2021), configurado por omissão de norma premente".

Analisa-se, conjuntamente, a Mensagem Modificativa – Ofício nº 170/2021, que, basicamente corrige a referência legislativa presente no dispositivo que se pretende acrescentar.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso III, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

**2. Fundamentos**

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências outorgadas regimentalmente à Comissão de Administração Pública, Infraestrutura, Serviços Urbanos e Desenvolvimento Econômico, especificamente observado o disposto no art. 90, III, alínea "b", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

As razões encetadas no projeto apresentado são suficientes para que se recomende sua aprovação.

COMING

EMBRAN



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS



## 3. Conclusão

Em face do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.

**José Anderson**

Vereador Presidente da  
Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Rodyson Kristinamurti**

Vereador Secretário e Relator  
da Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Wesley Jarbas**

Vereador Membro da Comissão  
de Administração Pública,  
Infraestrutura, Serviços Urbanos  
e Desenvolvimento Econômico  
da Câmara Municipal de  
Divinópolis

PLCEM 012/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



2. Considera

Em face do exposto, é a presente decisão, com APROVAÇÃO do Projeto de Lei

Caracterizada em 01/2021

Divinópolis, 15 de dezembro de 2014

Assinatura



Assinatura

Assinatura

Assinatura

EM BRANCO

01/2021



**PARECER Nº 801/2021 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021 e  
Mensagem Modificativa Ofício EM nº 170/2021.**

**1. Relatório**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Senhor Prefeito, que “Altera a Lei Complementar nº 009, de 003 de dezembro de 1992, com finalidade de corrigir erro material contido no projeto de Lei Complementar nº 007/2021 (LC nº 2016/2021), configurado por omissão de norma premente”.

Analisa-se, conjuntamente, a Mensagem Modificativa – Ofício nº 170/2021, que, basicamente corrige a referência legislativa presente no dispositivo que se pretende acrescentar.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso III, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

**2. Fundamentos**

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências outorgadas regimentalmente à Comissão de Fiscalização, especificamente observado o disposto no art. 90, III, alínea “b”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

As razões encetadas no projeto apresentado são suficientes para que se recomende sua aprovação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



PROPOSTA DE LEI Nº 001/2011 - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

Relatório de Trabalho  
Elaborado pelo(a) Relator(a) em 12/05/2011

**EMBRANCO**

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentaria da Câmara Municipal de Divinópolis, no uso de suas atribuições, vem por meio deste relatório informar ao(a) Relator(a) e ao(a) Autor(a) da Proposta de Lei nº 001/2011, que a mesma não encontra condições para ser encaminhada ao(a) Plenário da Câmara Municipal de Divinópolis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS



## 3. Conclusão

Em face do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.

  
**Hilton de Aguiar**

Vereador Secretário da  
Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

  
**Rodyson Kristinamurti**

Vereador Presidente e Relator  
da Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Roger Viegas**

Vereador Membro da Comissão  
de Administração Pública,  
Infraestrutura, Serviços Urbanos  
e Desenvolvimento Econômico  
da Câmara Municipal de  
Divinópolis

PLCEM 012/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE VINÓPOLIS



1.º Vice-Presidência

Em 14 de maio de 2014, a Câmara Municipal de Vinópolis, no uso de suas atribuições legais, aprovou o seguinte:

Resolução nº 001/2014

Art. 1º - Aprova o Plano de Trabalho da Câmara Municipal de Vinópolis para o ano de 2014.

Art. 2º - O Plano de Trabalho da Câmara Municipal de Vinópolis para o ano de 2014, aprovado em 14 de maio de 2014, é o seguinte:

1.º - Realizar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Vinópolis em 15 de maio de 2014, às 14h, para tratar dos assuntos constantes no ordem do dia.

2.º - Realizar a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vinópolis em 22 de maio de 2014, às 14h, para tratar dos assuntos constantes no ordem do dia.

EMBRANCO

Assinado digitalmente por: [Assinatura]

[Imprimir](#)

**Câmara Municipal de Divinópolis - MG de Divinópolis - MG**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

### RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:

**P6533fe8c6310fed5da5c8d9708134d92K32332**

Tipo de Proposição: **Emenda  
Modificativa**

Autor: **Hilton de Aguiar**

Enviada por: **Hilton de Aguiar  
(ver.hiltondeaguiar)**

Descrição: **EMENDA MODIFICATIVA 136/2021 AO PROJETO  
DE LEI COMPLEMENTAR 12/2021**

Data de Envio: **23/11/2021  
16:48:29**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
Hilton de Aguiar



EMBRANCO



**EMENDA MODIFICATIVA CM Nº136/2021  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
EM 12/2021**

**EMENDA MODIFICATIVA**

A redação do art. 1º da Lei complementar EM Nº012/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 113.....

§ 3º O benefício definido no *caput* será devido ao servidor com remuneração bruta correspondente até 4 salários mínimos.

**JUSTIFICATIVA**

A presente alteração se faz necessária para garantir ao servidor público o benefício do abono salarial, tendo em vista o pouquíssimo número de servidores que recebem o piso salarial previsto na propositura do Executivo.

Divinópolis, 23 de novembro de 2021.

Vereador Hilton de  
Aguiar MDB



Câmara Municipal de Divinópolis - MG



PROTOCOLO GERAL 4497/2021  
Data: 23/11/2021 - Horário: 17:19  
Legislativo - EMEND 136/2021



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

## PROPOSTA MODIFICATIVA Nº 211/2021 - AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2021

PROPOSTA MODIFICATIVA Nº 211/2021

A proposta de lei nº 12/2021, de 12 de maio de 2021, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Divinópolis, com a seguinte redação:

**EMBRANCO**

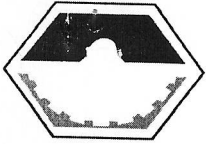
PROPOSTA MODIFICATIVA Nº 211/2021

A proposta de lei nº 12/2021, de 12 de maio de 2021, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Divinópolis, com a seguinte redação:

Divinópolis, 12 de maio de 2021.



Assinatura do Vereador  
Hilton de Aguiar



**PARECER Nº 796/2021 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

**Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao  
Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.**

**1. Relatório**

Trata-se de emenda modificativa, de autoria do vereador Hilton de Aguiar, ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021. A emenda basicamente modifica, em relação ao projeto original, o limite da remuneração do servidor a fazer jus ao abono família.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

**2. Fundamentos**

Após a análise da emenda sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade das propostas, foi possível chegar às seguintes constatações.

**2.1 Do exame quanto à competência legislativa**

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite das matérias, eis que plenamente adequadas às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando de projeto com matéria afeta a servidores municipais, verifica-se que o objeto é assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal.

**2.2 Da iniciativa**



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS

PARECER Nº 125/2021 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Emenda Modificadora CM nº 136/2021 ao  
Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

1. Relatório

Trata-se de emenda modificativa de autoria do vereador Wilson de Aguiar ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021. A emenda faz alterações no texto original, visando a regulamentação de serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas. O texto da emenda altera o inciso III do artigo 1º da Lei Complementar nº 125, de 23 de dezembro de 2020.

**EMBRANCO**

2. Fundamentação

A emenda altera o inciso III do artigo 1º da Lei Complementar nº 125, de 23 de dezembro de 2020, visando a regulamentação de serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas. A alteração não traz prejuízo ao erário municipal, pois se trata de uma simples alteração de texto.

3. Do estudo quanto à competência legislativa

De acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 125, de 23 de dezembro de 2020, a competência legislativa é atribuída ao Poder Legislativo Municipal, não havendo a necessidade de aprovação pelo Poder Executivo Municipal.

Em razão da natureza da matéria, trata-se de uma competência privativa do Poder Legislativo Municipal, não havendo a necessidade de aprovação pelo Poder Executivo Municipal.

3.1. Da Constituição Federal

3.2. Da Lei Complementar



Verifica-se que o projeto em questão é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, entretanto não há óbice à aposição de emenda por parlamentar. Há, portanto, perfeita adequação da proposição sob o aspecto da iniciativa.

### **2.3 Da constitucionalidade**

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas na emenda ora apresentada, devendo o mesmo, *s.m.j.*, ser considerada constitucional.

### **2.4 Legalidade**

Não se verifica, na análise corrente, óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação da emenda apresentada.

### **2.5 Técnica legislativa**

Nesse aspecto, a emenda em análise encontra-se redigida com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

### **3. Conclusão**

Feitas as considerações, é o presente parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** da Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



Visto que o projeto em questão é de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, estando não há dúvida a respeito da devida observância dos requisitos legais, bem como a respeito da possibilidade de sua aprovação.

## 2.2 Da constitucionalidade

Não se verifica, no presente projeto, qualquer afronta aos princípios da Constituição Federal, bem como aos princípios da Lei Orgânica Municipal, bem como aos princípios da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre a organização dos Municípios.

## 2.3 Da legalidade

Não se verifica, no presente projeto, qualquer afronta aos princípios da Constituição Federal, bem como aos princípios da Lei Orgânica Municipal, bem como aos princípios da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre a organização dos Municípios.

## 2.4 Da oportunidade

Não se verifica, no presente projeto, qualquer afronta aos princípios da Constituição Federal, bem como aos princípios da Lei Orgânica Municipal, bem como aos princípios da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre a organização dos Municípios.

## 2.5 Conclusão

Diante de tudo, conclui-se que o presente projeto não ofende a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 101/2000, nem a Lei Municipal nº 124/2001, que dispõe sobre a organização dos Municípios.

Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

**Rodrigo Kaboja**

Vereador Presidente e  
Relatorda Comissão de Justiça,  
Legislação e Redação da  
Câmara Municipal de Divinópolis

**Hilton de Aguiar**

Vereador Secretário da  
Comissão de Justiça, Legislação  
e Redação da Câmara Municipal  
de Divinópolis

**Israel da Farmácia**

Vereador Membro da Comissão  
de Justiça, Legislação e  
Redação da Câmara Municipal  
de Divinópolis

**Karoliny de Cássia Faria**

Procuradora-Geral do Legislativo Municipal

EMENDA CM 136/2021 AO PLCEM 012/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



*[Faint signatures and text, likely representing council members or officials]*

EMBRANCO



**PARECER Nº 797/2021 – COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao  
Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.**

**1. Relatório**

Trata-se de emenda modificativa, de autoria do vereador Hilton de Aguiar, ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021. A emenda basicamente modifica, em relação ao projeto original, o limite da remuneração do servidor a fazer jus ao abono família.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso III, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

**2. Fundamentos**

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências outorgadas regimentalmente à Comissão de Administração Pública, Infraestrutura, Serviços Urbanos e Desenvolvimento Econômico, especificamente observado o disposto no art. 90, III, alínea "b", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

As razões encetadas na emenda são suficientes para que se recomende sua aprovação.

**3. Conclusão**

Em face do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.



CAMARÃ MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS  
MINAS GERAIS



SERVIÇOS URBANOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PARCELO 1 - TERCEIRO - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA

Projeto de Lei Complementar nº 01/2021  
Estatuto Municipal CM nº 136/2021

EMBRANCO

Trata-se de emenda modificativa ao projeto de Lei Complementar nº 01/2021, de 2021, que institui o Estatuto Municipal, com o objetivo de alterar o inciso II do art. 123, para que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis seja aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, e não por maioria simples, como atualmente está redigido.

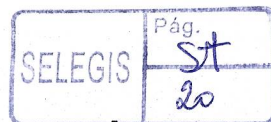
A emenda versa sobre o inciso II do art. 123, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis, especificamente o que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal. A emenda propõe a alteração do inciso II do art. 123, para que o Regimento Interno da Câmara Municipal seja aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, e não por maioria simples, como atualmente está redigido.

Por isso, o projeto de lei é apresentado para aprovação da Câmara Municipal de Divinópolis, com o objetivo de alterar o inciso II do art. 123, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis, para que o Regimento Interno da Câmara Municipal seja aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, e não por maioria simples, como atualmente está redigido.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS



Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.



**Josafá Anderson**

Vereador Presidente da  
Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis



**Redyson Kristinamurti**

Vereador Secretário e Relator  
da Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Wesley Jarbas**

Vereador Membro da Comissão  
de Administração Pública,  
Infraestrutura, Serviços Urbanos  
e Desenvolvimento Econômico  
da Câmara Municipal de  
Divinópolis

Emenda CM 136/2021 ao PLCEM 012/2021



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



Divinópolis, 18 de dezembro de 2021

Wesley Lopes  
Vice-Prefeito Municipal  
Assessoria Municipal de Planejamento  
e Desenvolvimento Urbano  
e Meio Ambiente

Renato Albuquerque  
Vice-Prefeito Municipal  
Assessoria Municipal de Planejamento  
e Desenvolvimento Urbano  
e Meio Ambiente

Renato Albuquerque  
Vice-Prefeito Municipal  
Assessoria Municipal de Planejamento  
e Desenvolvimento Urbano  
e Meio Ambiente

Emenda nº 138/2021 ao PLOM nº 2021

**EMBRANCO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

## PARECER Nº 802/2021 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

### Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

#### 1. Relatório

Trata-se de emenda modificativa, de autoria do vereador Hilton de Aguiar, ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021. A emenda basicamente modifica, em relação ao projeto original, o limite da remuneração do servidor a fazer jus ao abono família.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão Fiscalização Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso III, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

#### 2. Fundamentos

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências outorgadas regimentalmente à Comissão de Fiscalização, especificamente observado o disposto no art. 90, III, alínea "b", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

As razões encetadas na emenda são suficientes para que se recomende sua aprovação.

#### 3. Conclusão

Em face do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº EM 012/2021.

Divinópolis, 15 de dezembro de 2021.



PROJETO Nº 002/2021 - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao  
Projeto de Lei Complementar nº 012/2021

1. Relatório

Trata-se de emenda modificativa, de autoria do Vereador Milton de Aguiar, ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2021. A emenda basicamente modifica, em relação ao projeto original, o tipo de remuneração de servidor, para ser por hora extra.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação Legislativa da Câmara Municipal manifestou-se pelo acolhimento da emenda, passando a ser o Projeto de Lei Complementar nº 012/2021, com a seguinte redação: "Art. 1º. O servidor público municipal receberá remuneração por hora extra, conforme estabelecido no Regulamento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis, no art. 125, inciso III, alínea III, de 23 de dezembro de 2020."

**EMBRANCO**

2. Fundamentação

A matéria versada no projeto em análise encontra-se adequada às competências atribuídas regimentalmente à Comissão de Fiscalização, especificamente observado o disposto no art. 60, III, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis.

As razões elencadas na emenda são suficientes para que se recomende sua aprovação.

3. Conclusão

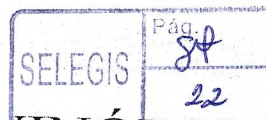
Em face do exposto, é o parecer favorável para APROVAÇÃO da Emenda Modificativa CM nº 136/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2021.

Divinópolis, 15 de setembro de 2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS



**Hilton de Aguiar**

Vereador Secretário da  
Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Rodyson Kristinamurti**

Vereador Presidente e Relator  
da Comissão de Administração  
Pública, Infraestrutura, Serviços  
Urbanos e Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

**Roger Viegas**

Vereador Membro da Comissão  
de Administração Pública,  
Infraestrutura, Serviços Urbanos  
e Desenvolvimento Econômico  
da Câmara Municipal de  
Divinópolis

Emenda CM 136/2021 ao PLCEM 012/2021

44  
31  
22

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS  
MINAS GERAIS



Renato Viçosa  
Vereador Municipal do Partido  
do Progresso do Povo  
Poder Executivo, Secretaria  
de Desenvolvimento Econômico  
da Câmara Municipal de  
Divinópolis

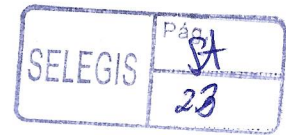
Roberto Reis  
Vereador Presidente e Diretor  
de Cultura do Município  
Poder Executivo, Secretaria  
de Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

Wilson de Aguiar  
Vereador Presidente do  
Conselho de Administração  
Poder Judiciário, Secretaria  
de Desenvolvimento  
Econômico da Câmara  
Municipal de Divinópolis

Emenda Nº 106/2012 ao P.L. Nº 01/2012

EMBRANCO

Ofício n. 195/ 2021



Divinópolis, 30 de novembro de 2021.

Ilustríssimo Senhor  
Rodrigo Kaboja  
Vereador Presidente Câmara Municipal de Divinópolis/MG.


**Assunto: Resposta do ofício 282/2021/Legislativo.**

**Parecer - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 012/2021.**

Prezado Senhor,

O SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS E DAS REGIÕES CENTRO OESTE DE MINAS GERAIS, designado pela sigla **SINTRAM**, vem, respeitosamente, perante V. Sra., encaminhar o parecer nº 94/2021 em anexo, referente ao Projeto de Lei nº 12/2021 "OMISSÃO DE NORMA PREMENTE", elaborado pelo Departamento Jurídico do SINTRAM, do qual, como Presidente do SINTRAM, endosso *in totum*.

Atenciosamente,

  
Luciana Aparecida dos Santos  
Presidente do SINTRAM

Luciana Santos  
Presidente  
SINTRAM

CÂMARA MUN. DIVINÓPOLIS-30-NOV-2021-17:03-01/73-10.

30/11

92

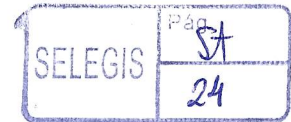


EMBRANCO

*[Handwritten signature]*  
[Illegible text]

[Illegible stamp]

**PARECER N. 32/2021**



**CONSULENTE:** LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS,  
PRESIDENTE DO SINTRAM - SINDICATO DOS  
TRABALHADORES MUNICIPAIS DE DIVINÓPOLIS E DAS  
REGIÕES CENTRO OESTE DE MINAS GERAIS.

**CONSULTADO:** DEPARTAMENTO JURÍDICO DO  
SINTRAM.

**CONSULTA:** ANÁLISE DO PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR Nº 012/2021, QUE VISA ALTERAR "A  
LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE  
1992, COM A FINALIDADE DE CORRIGIR ERRO  
MATERIAL CONTIDO NO PROJETO DE LEI EM Nº  
007/2001 (LC Nº. 2016/21), CONFIGURADO POR  
OMISSÃO DE NORMA PREMENTE".

A proposta apresentada pelo PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR EM Nº 12/2021, de autoria do Sr. Prefeito Municipal visa  
acrescentar parágrafo terceiro ao art. 113 da Lei Complementar n. 009 de 03  
de dezembro de 1992.

O art. 113 da Lei Complementar n. 009/1992 trata da  
concessão do abono familiar e é certo que fora recentemente alterado pela LC  
n. 2016/2021. Nesse sentido, citamos a redação atual do art. 113 da LC n.  
09/1992:

*"Art. 113. Será concedido abono familiar ao servidor ativo  
no valor correspondente a 7% (sete por cento) do menor  
vencimento padrão pago pelo Município de Divinópolis e  
será devido a partir da data em que for protocolado o*

SINTRAM

CENTRO CESTE 1911

24	24
24	24

PAROQUEIA DE SANTO ANTONIO

SINTRAM

CENTRO CESTE 1911

24	24
24	24

PAROQUEIA DE SANTO ANTONIO

EMBRANCO



Conforme informado no Ofício EM nº 163/2021, a proposta de alteração tem "a finalidade de corrigir erro material contido no PROJETO DE LEI EM nº 007/2021, configurado por omissão de norma premente".

Assim caso aprovada a proposta do Sr. Prefeito Municipal o direito ao abono familiar previsto no art. 113 da LC n. 009/1992 ficará restrito a um número ínfimo de servidores públicos municipais, já que poucos recebem uma "remuneração bruta correspondente ao piso salarial" previsto na legislação municipal.

Pois bem, em que pese entendimentos contrários, entendemos que a pretensão apresentada pelo Município de Divinópolis representada pelo PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR EM Nº 12/2021 deve ser modificada a fim de alcançar um número maior de servidores públicos municipais, já que limita a concessão do abono salarial previsto no art. 113 da LC n. 009/1992 aos servidores públicos que auferirem "remuneração bruta correspondente ao piso salarial" previsto na legislação municipal. No contexto, a título de exemplificação, a concessão do abono familiar poderia ser o valor da remuneração bruta correspondente dobro do piso salarial atualizado definido na Lei nº 8.803, de 21 de dezembro de 2015.

Portanto, s.m.j., apesar de a proposta do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR EM Nº 12/2021 estar dentro da competência do Município de Divinópolis, possuir oportunidade e conveniência, entendemos que merece ser modificada.

Pelo exposto e com a máxima vênica, em face das considerações acima expostas, opinamos pela regular tramitação do Projeto de Lei Complementar do Município de Divinópolis/MG, cabendo, contudo, à Câmara de Vereadores do Município apreciar o mérito do projeto.

EMBRANCO

SELEGIS	Pág.
	27

É o nosso parecer, opinativo, s.m.j., de entendimentos contrários, o qual submetemos à apreciação da Consulente.

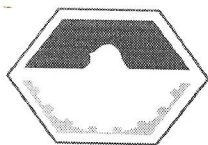
Divinópolis, 30 de novembro de 2021.

Departamento Jurídico do SINTRAM

CÂMARA MUN. DIVINÓPOLIS-30-Nov-2021 17:03:01.743-405



EMBRANCO



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL



Divinópolis, 23 de novembro de 2021



Ofício CM – 282/2021 Procuradoria/Consultoria Legislativa

Assunto: Requisição de informações ao Sindicato dos Servidores Municipais - SINTRAM

Ilma. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, na forma do disposto nos artigos 11, IV; 31, caput; e art. 48, §3º, II e IV da Lei Orgânica Municipal é o presente ofício para requisitar a V.Sa., o envio aos cuidados dessa Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal, incumbida da apreciação do PLCEM nº 012/2021 que altera a Lei Complementar Municipal nº 09/92 com a finalidade de corrigir erro contido no projeto de lei complementar nº EM 007/2021, de parecer circunstanciado, observado o prazo de 10 (dez) dias.

A matéria encontra-se disponível na *internet* no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Divinópolis no endereço <<https://www.divinopolis.mg.leg.br/processo-legislativo/sapl-sistema-de-processo-legislativo>>

Salienta-se que após requisição de informações pela Comissão, na forma do art. 38, III, c/c art. 88, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara Municipal, os prazos para emissão de pareceres encontram-se suspensos, sendo retomados após o decurso do prazo concedido para a apresentação do mencionado parecer opinativo.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de elevada estima e consideração.

  
**Hilton de Aguiar**

Vereador Secretário e Relator da Comissão de Justiça, Legislação e  
Redação da Câmara Municipal de Divinópolis

Ilma. Sra. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis

*Recebido  
Assessoria Jurídica  
24/11/2021*



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS



PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Divinópolis, 22 de novembro de 2021



Ofício CM - 288/2021 - 1ª Turma de Julgamento

Assunto: Pedido de intervenção no processo dos Senhores Mestres - 00000000000000000000

Excelentes Senhores Mestres, o Presidente do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis, por meio do presente ofício, vem solicitar a Vossa Senhoria a intervenção no processo dos Senhores Mestres - 00000000000000000000, em razão da necessidade de se garantir a regularidade do processo, bem como a preservação dos direitos dos Senhores Mestres. O presente ofício é baseado no art. 17, inciso II, da Lei nº 1.232/2021, que dispõe sobre a organização do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis. O Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis é o órgão máximo de administração e controle do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis, sendo responsável por garantir a regularidade do processo, bem como a preservação dos direitos dos Senhores Mestres. O presente ofício é baseado no art. 17, inciso II, da Lei nº 1.232/2021, que dispõe sobre a organização do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis. O Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis é o órgão máximo de administração e controle do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis, sendo responsável por garantir a regularidade do processo, bem como a preservação dos direitos dos Senhores Mestres.

**EMBRANCO**

Atenciosamente,

Procurador da Câmara Municipal de Divinópolis

Excelentes Senhores Mestres, o Presidente do Conselho dos Senhores Mestres do Município de Divinópolis, por meio do presente ofício, vem solicitar a Vossa Senhoria a intervenção no processo dos Senhores Mestres - 00000000000000000000, em razão da necessidade de se garantir a regularidade do processo, bem como a preservação dos direitos dos Senhores Mestres.

Ofício CM - 288/2021 - 1ª Turma de Julgamento

Câmara Municipal de Divinópolis | Minas Gerais  
Divinópolis, 16 de dezembro de 2021



Exmo. Sr.  
Eduardo Print Jr.  
DD. Presidente da Câmara  
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS  
Sujeito a única discussão  
Única discussão 16/12/21 = Aprov. Pres. [Assinatura]  
Obs. — X —

Senhor Presidente,

Os Vereadores que o presente subscrevem, com base no art. 253, § 4º, c/c art. 32, do Regimento Interno da Câmara, vêm solicitar a **INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº EM-012/2021**, que altera a Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, com a finalidade de corrigir erro material contido no Projeto de Lei EM nº 007/2021 (LC nº. 2016/21), configurado por omissão de norma premente.

Nestes termos pedem que o presente requerimento seja submetido ao Plenário, conforme dispõe o Regimento Interno.

JUSTIFICATIVA

A inclusão se faz necessária pelo fato do Projeto ser de relevante interesse para o Município, tendo recebido todos os pareceres favoráveis das comissões pelas quais tramitou.

[Assinatura]  
Eduardo Print Junior  
Vereador Presidente

[Assinatura]  
Roger Viegas  
Vereador Vice-Presidente

[Assinatura]  
Ze Braz  
Vereador 1º Secretário

[Assinatura]  
Israel da Farmácia  
Vereador 2º Secretário

[Assinatura]  
Ademir Silva  
Vereador

[Assinatura]  
Ana Paula do Quintino  
Vereadora

[Assinatura]  
Diego Espino  
Vereador

[Assinatura]  
Edson Sousa  
Vereador

[Assinatura]  
Eduardo Azevedo  
Vereador

[Assinatura]  
Flávio Marra  
Vereador

[Assinatura]  
Hilton de Aguiar  
Vereador

[Assinatura]  
Josafá Anderson  
Vereador

[Assinatura]  
Lohanna Franca  
Vereadora

[Assinatura]  
Ney Burguer  
Vereador

[Assinatura]  
Rodrigo Kaboja  
Vereador

[Assinatura]  
Rodyson Kristinamurti  
Vereador

[Assinatura]  
Wesley Jarcas  
Vereador





**Câmara Municipal de Divinópolis - MG**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

## Votação Nominal

Matéria: Inclusão do PL Complementar EM nº 12 de 2021

Ementa: INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº EM-012/2021 - Altera a Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, com a finalidade de corrigir erro material contido no Projeto de Lei EM nº 007/2021 (LC nº. 2016/21), configurado por omissão de norma premente.

### Votos

Ademir Silva - **Sim**  
Ana Paula do Quintino - **Sim**  
Diego Espino - **Sim**  
Edson Sousa - **Sim**  
Eduardo Azevedo - **Sim**  
Eduardo Print Júnior - **Não Votou**  
Flávio Marra - **Sim**  
Hilton de Aguiar - **Sim**  
Israel da Farmácia - **Sim**  
Josafá - **Sim**  
Lohanna França - **Sim**  
Ney Burguer - **Sim**  
Rodyson do Zé Milton - **Sim**  
Wesley Jarbas - **Sim**  
Zé Braz - **Sim**

*Eduardo Print Jr.*  
Ver. Eduardo Print Jr.  
Presidente da Câmara Municipal

### Anular Votação

Não

**Resultado da Votação:** Aprovado

### Contagem do Resultado:

Votos Sim: 14  
Votos Não: 0  
Abstenções: 0  
Votos Não Registrados: 1

### Observações

Salvar



Office of the Secretary of Defense  
Washington, D.C. 20301-1000

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF DEFENSE

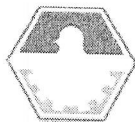
DATE: 10/10/90

SUBJECT: [Illegible]

EMBRANCO

[Faint, illegible text in the right margin, possibly a list or table of contents]

[Small, illegible stamp or signature in the bottom right corner]



# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

Ofício EM nº 009 / 2022  
Aos 1º de fevereiro de 2022



Excelentíssimo Senhor  
**Eduardo Alexandre de Carvalho**  
DD Presidente da Câmara Municipal  
Divinópolis-MG

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A Administração Municipal solicita de V.Exa. a **retirada e devolução** do **Projeto de Lei Complementar EM nº 012/2021** em tramitação nesta Casa Legislativa, apresentado em 12 de novembro de 2021, sob o protocolo geral nº 4413/2021.

Certos de contar com a habitual atenção antecipamos agradecimentos.  
Valemo-nos da oportunidade para reiterar a V. Exa. e seus ilustres pares, os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gleidson Gontijo de Azevedo  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Divinópolis - MG

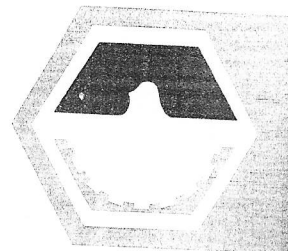


PROTOCOLO GERAL 125/2022  
Data: 01/02/2022 - Horário: 12:47  
Administrativo

to  
B

EMBRANCO

C. W. S. S. S.



02 de fevereiro de 2022



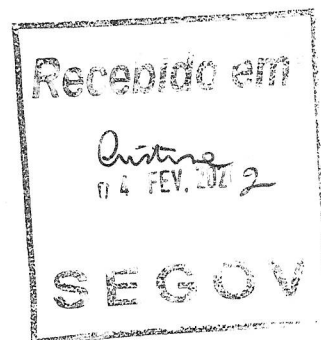
OF. Nº CM-006/2022 - CE  
Assunto: devolução de projeto  
Serviço: Secretaria Legislativa

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao seu ofício nº EM-009/2022, de 1º de fevereiro de 2022, passamos às mãos de Vossa Excelência, em **devolução**, o **Projeto de Lei Complementar nº EM-012/2021**.

Atenciosamente,

  
Vereador Eduardo Print Jr.  
Presidente da Câmara



Exmo. Sr.  
Gleidson Gontijo de Azevedo  
DD. Prefeito Municipal de Divinópolis  
Nesta

EN BRANCO